

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA Nº 011/2013

PROCESSO Nº 0275/2013

LICITAÇÃO Nº 036/2013 - Pregão Eletrônico

VALIDADE: até 11.06.2014

Aos 11 dias do mês de JUNHO de 2013, o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, com sede em Belo Horizonte/MG, na Av. Afonso Pena nº 1420 e Rua Goiás nº 229, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 21.154.554/0001-13, nos termos do estabelecido pela Lei Federal nº 10.520, de 17.07.2002, pelas Leis Estaduais nº 13.994, de 18.09.2001, nº 14.167, de 10.01.2002, pelos Decretos Estaduais nº 44.786 e nº 44.787, ambos de 18.04.2008, nº 45.902, de 28.01.2012, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666 de 21.06.1993, e alterações posteriores a estas normas, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no Edital, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador JOAQUIM HERCULANO RODRIGUES, a seguir denominado TRIBUNAL, resolve registrar os preços da empresa abaixo identificada, a seguir denominada simplesmente FORNECEDOR, observadas as disposições do Edital e as cláusulas deste instrumento.

**FORNECEDOR:**

LOTE 6 - PAPELARIA IRMÃOS BORGES LTDA, com sede na Rua Carmo da Cachoeira, 217 – 2º andar, Salgado Filho, em Belo Horizonte/MG, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.266.248/0001-48, neste ato representada por sua procuradora, Sra. Ana Paula da Silva de Oliveira, residente na Rua Ana Lúcia nº 155, Bairro Novo das Indústrias, Belo Horizonte/MG, portador da Carteira de Identidade nº MG-13.345.250, SSP/MG, CPF nº 060.438.496-31.

**DO OBJETO**

**CLÁUSULA PRIMEIRA.** Registro de Preços para futura e eventual aquisição de material de escritório, conforme especificações técnicas contidas no Termo de Referência e demais anexos, partes integrantes e inseparáveis deste Edital e proposta da Contratada apresentada à Licitação 036/2013 - Pregão Eletrônico.

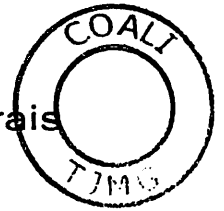
1.1. Este instrumento não obriga o TRIBUNAL a adquirir o (s) objeto nele registrado (s) nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitação específica para aquisição de um ou mais itens, obedecida a legislação pertinente, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá preferência.

**DOS PREÇOS**

**CLÁUSULA SEGUNDA.** Os quantitativos, marcas, preços e fornecedor registrado encontram-se relacionados no Anexo I desta Ata.

**DA VIGÊNCIA**

**CLÁUSULA TERCEIRA.** A vigência desta Ata será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.



**DO GERENCIAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

**CLÁUSULA QUARTA.** O gerenciamento deste instrumento caberá à **Gerência de Compra de Bens e Serviços – GECOMP**, para avaliar o mercado constantemente, promover as negociações necessárias ao ajustamento do preço e publicar trimestralmente os preços registrados.

**DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO**

**CLÁUSULA QUINTA.** O TRIBUNAL fará as aquisições mediante a convocação do fornecedor para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, assinar a Autorização de Compra.

**5.1.** Se o fornecedor recusar-se a assinar a Autorização de Compra, poderão ser convocados os demais fornecedores classificados na licitação, respeitados as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado.

**DO LOCAL E PRAZO DE ATENDIMENTO**

**CLÁUSULA SEXTA.** O prazo de entrega futura, para cada aquisição, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho pelo fornecedor, será de até **15 (quinze) dias úteis**.

**6.1.** Local e horário para entrega: Os materiais deverão ser entregues Coordenação de Controle de Material de Consumo – COMAT, situada no Galpão Camargos, Rua Sócrates Alvim, nº 10, Vila Virgínia, Bairro Camargos, Belo Horizonte/MG, das 08:30 às 11:30 horas e das 12:30 às 16:30 horas.

**6.1.1.** O fornecedor deverá agendar as entregas dos materiais na COMAT, através dos telefones (31)3419-9700 e (31)3419.9701, sob pena de não recebimento imediato das mercadorias na chegada das mesmas ao endereço supracitado.

**DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO**

**CLÁUSULA SÉTIMA.** Os materiais serão recebidos na forma prevista no art. 73, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993.

**7.1** O recebimento provisório do objeto da licitação não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela sua perfeita execução.

**7.1.1.** O recebimento provisório dar-se-á se satisfeitas as seguintes condições:

- a) materiais devidamente embalados, acondicionados e identificados;
- b) quantidades dos materiais em conformidade com o estabelecido na Nota de Empenho;
- c) no prazo, local e horário de entrega previstos neste Edital;
- d) de acordo com as especificações técnicas e amostras apresentadas e aprovadas.

**7.1.2.** O recebimento definitivo dos bens dar-se-á após:

- a) verificação física para constatar a integridade dos mesmos;
- b) verificação da conformidade com as quantidades e especificações constantes deste Edital, estando as amostras aprovadas.

**7.2.** Satisfeitas as exigências anteriores, lavrar-se-á Termo de Recebimento Definitivo, que poderá ser substituído pelo ateste no verso da Nota Fiscal, efetuado por servidores da Gerência de Suprimento de Controle Patrimonial.

**7.3.** Caso insatisfatórias as condições de recebimento, será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o produto rejeitado ser substituído no prazo de 08 (oito) dias úteis, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas.

**7.4.** Caso a substituição não ocorra no prazo determinado, estará o fornecedor incorrendo em atraso na entrega e sujeita a aplicação das sanções previstas neste Edital.

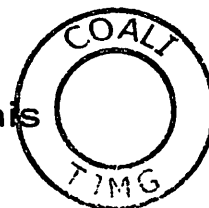
**DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**CLÁUSULA OITAVA.** Constituem obrigações:

**8.1. DO TRIBUNAL:**

**8.1.1.** Permitir o acesso do representante ou empregado do fornecedor ao local da entrega desde que devidamente identificado.

**8.1.2.** Notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos materiais.



8.1.3. Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas nesta ata.

8.1.4. Promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

**8.2. DO FORNECEDOR:**

8.2.1. Entregar os produtos de acordo com as especificações exigidas no Edital e em consonância com a proposta respectiva, bem como cumprir o prazo de entrega e as quantidades constantes da Autorização de Compra, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula estabelecida nesta Ata.

8.2.2. Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento;

8.2.3. Substituir, no prazo de 08 (oito) dias úteis e sem ônus para o TRIBUNAL os produtos devolvidos em razão de divergências entre o material entregue e as especificações contidas nesta Ata ou, quando for o caso, a amostra apresentada, sujeitando-se, ainda, às sanções cabíveis.

8.2.4. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo TRIBUNAL, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao TRIBUNAL, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da Autorização de Compra.

8.2.5. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza.

8.2.6. A Ata poderá sofrer alterações quantitativas, obedecidas as disposições do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/1993 e no art. 17 do Decreto Estadual nº 44.787/2008.

8.2.7. Comunicar imediatamente ao TRIBUNAL qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgáveis necessárias para recebimento de correspondência.

8.2.8. Indenizar terceiros e/ou o TRIBUNAL, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes.

8.2.9. Manter, durante a vigência desta Ata, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital.

8.2.10. Responsabilizar-se por todos os ônus relativos ao fornecimento dos materiais, inclusive frete, seguro, cargas e descargas desde a origem até sua entrega no local de destino.

**DO PAGAMENTO**

**CLÁUSULA NONA.** O TRIBUNAL pagará aos fornecedores o valor unitário registrado por item multiplicado pela quantidade solicitada, que constará da Autorização de Compra e da Nota de Empenho.

9.1. No preço unitário estão incluídos todos os impostos, taxas e encargos sociais, além das obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, e das despesas com transportes, as quais correrão por conta dos fornecedores.

9.2. Para cada Autorização de Compra, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal, com CNPJ idêntico ao apresentado para fins de habilitação e conseqüentemente lançado nesta Ata.

9.3. O fornecedor apresentará a Nota Fiscal na Coordenação de Controle de Material de Consumo – COMAT, acompanhada dos originais das certidões de débito junto ao INSS, FGTS e Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (válidas e regulares) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

9.4. O pagamento será depositado na conta bancária do fornecedor até o 5º dia útil após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo ou o ateste no verso da Nota Fiscal.

9.5. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais ou junto ao cadastro, o TRIBUNAL comunicará ao fornecedor para que regularize a situação.

9.5.1. Na hipótese prevista no subitem 9.5, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, devidamente regularizados.

9.6. O TRIBUNAL se reserva o direito de descontar do pagamento os eventuais débitos do fornecedor, inclusive os relacionados com multas, danos e prejuízos contra terceiros.

9.7. Não serão pagos os materiais fornecidos em desacordo com especificações que integram esta Ata.

8



9.8. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo TRIBUNAL, entre a última data prevista para pagamento e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, serão pagos mediante solicitação da contratada, e calculados, "*pro rata tempore*", por meio da aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Na qual: EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i/365$  onde  $i$  = taxa percentual anual no valor de 6%

#### DAS ALTERAÇÕES

**CLÁUSULA DÉCIMA.** O preço registrado se manterá fixo e irrevogável durante a vigência da ata, ressalvadas as hipóteses contidas no art. 65 da Lei Federal nº 8.666/1993 e no art. 15 do Decreto Estadual nº 44.787 de 18.04.2008, desde que devidamente comprovadas mediante planilhamento dos custos e detalhamento dos fatos supervenientes.

10.1. O pedido de alteração de preços deverá vir acompanhado, no mínimo, dos seguintes documentos:

- a) nota fiscal que comprove o novo preço praticado pelo fornecedor no período solicitado;
- b) planilha detalhada referente ao quantitativo solicitado.

#### DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA.** A presente Ata ou o registro de fornecedor específico poderá ser cancelado de pleno direito nas seguintes situações:

##### **11.1. Pelo TRIBUNAL:**

- a) quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;
- b) quando o fornecedor não assinar a Autorização de Compra no prazo estabelecido;
- c) quando o fornecedor der causa à rescisão administrativa do contrato decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/1993;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior aos praticados no mercado;
- e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pelo TRIBUNAL.

##### **11.2. Pelo Fornecedor:**

- a) mediante solicitação por escrito, antes do pedido de fornecimento, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços;
- b) mediante solicitação por escrito, na ocorrência de fato superveniente, que venha a comprometer a perfeita execução das obrigações firmadas nesta Ata, devidamente comprovado.

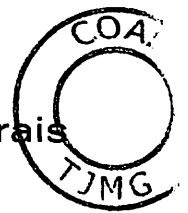
11.3. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.3.1. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no "Diário do Judiciário Eletrônico", por duas vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.4. A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo TRIBUNAL, facultando-se a este a aplicação das sanções previstas nesta Ata.

11.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do fornecedor, relativas ao fornecimento dos itens.

11.6. Ocorrendo rescisão contratual na forma do inciso I do art. 79 da Lei Federal nº 8.666/1993, o TRIBUNAL adotará as medidas ordenadas pelo art. 80, do mesmo diploma legal.



#### **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA.** Pela inexecução total ou parcial da Ata ou da Autorização de Compra, garantidos a ampla defesa e o contraditório, o fornecedor ficará sujeito às seguintes sanções:

- a) Advertência, por escrito, informando à contratada sobre o descumprimento de quaisquer obrigações assumidas e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção;
- b) Multa, observados os seguintes limites:
  - b.1) até 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do fornecimento não realizado;
  - b.2) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento não realizado, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, ou entrega do objeto com vícios ou defeitos ocultos que o tornem impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas.
- c) Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, nos termos do inciso do II do art. 38 do Decreto Estadual nº 45.902/2012 e demais disposições correlatas, pelo prazo de 02 (dois) anos;
- d) Descredenciamento do Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Minas Gerais.

**12.1.** A recusa injustificada do beneficiário da Ata em assinar a Autorização de Compra, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido no Edital, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida.

**12.2.** A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste edital.

**12.3.** O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido pela Contratada, no prazo de 05 (cinco) dias a contar da data da notificação da sanção, sob pena de ser descontado da garantia prestada ou do pagamento eventualmente devido pela Administração.

#### **DA TROCA DE MARCA**

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA.** O procedimento para troca da marca inicialmente registrada dar-se-á mediante solicitação formal do fornecedor juntamente com apresentação de amostra da marca pretendida.

**13.1.** A solicitação deverá obedecer aos seguintes requisitos:

- a) comprovação das condições técnicas da marca pretendida com as exigências em que se realizou o registro de preços;
- b) apresentação de nota fiscal que comprove o preço praticado no mercado da nova marca pretendida.

**13.2.** A equipe técnica do TRIBUNAL terá o prazo de 20 (vinte) dias para responder a solicitação do fornecedor para troca de marca.

#### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

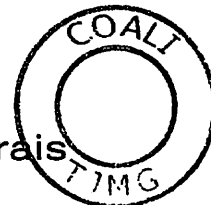
**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA.** As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

- a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços;
- b) é vedado caucionar ou utilizar a Autorização de Compra decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

**14.1.** Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização do TRIBUNAL, através da Gerência de Compra de Bens e Serviços – GECOMP.

**14.2.** Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

**14.3.** As aquisições adicionais de que trata o subitem 14.2 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.



14.4. Caberá ao órgão que se utilizar da ata, verificar a vantagem econômica da adesão a este Registro de Preço.

**DO FORO**

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA.** As partes elegem o foro da Comarca de Belo Horizonte para dirimir dúvidas ou litígios eventualmente emergentes em decorrência desta Ata. E, por estarem assim ajustadas, as partes assinam a presente Ata.

Belo Horizonte, 11 de JUNHO de 2013.

Pelo TRIBUNAL:

JOAQUIM HERCULANO RODRIGUES  
Desembargador Presidente

Pelo Fornecedor:

Ana Paula da Silva de Oliveira  
Procuradora

Testemunhas:

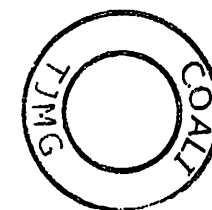
Marcelo Vitorino Marcelo Vitorino - 762478  
TJ1804-4

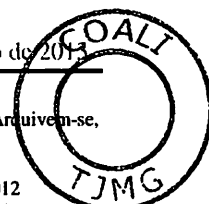


## Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

### ANEXO I - DA ATA – QUANTITATIVOS, MARCAS, PREÇOS E FORNECEDOR (a que se refere a cláusula segunda da Ata de Registro de Preços 011/2013)

LOTE	ITEM	CÓDIGO TJMG	QUANT. REGISTRADA	UNID.	ESPECIFICAÇÕES	MARCA/ MODELO	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	FORNECEDOR
6	6.1	20.25.005-3	1.500	um	Apoio de punhos para teclado, emborrachado ou revestido em couro sintético, na cor preta, com suporte rígido nas dimensões mínimas de 45,0 x 24,0cm, para ser colocado sob o teclado. A borracha do apoio dos punhos deverá ter entre 4,5cm a 6,0cm de largura e de 2,0cm a 2,5cm de espessura e ser fixa no suporte.	RB	66,60	Papelaria Irmãos Borges Ltda





procedimento de sequestro instaurado contra o município de Monte Sião, pelo fato de não ter havido o pagamento das parcelas de 1/14 e 1/13 avos de sua dívida de precatórios em regime especial. O município foi comunicado para pagar o valor de R\$ 428.146,00 e se fez omisso. O Ministério Público informa que não há necessidade da sua participação neste procedimento (ofício nº. 003/2012/CCConst-PGJ). Assim, já que não houve o pagamento da parcela devida pelo município de MONTE SIÃO, FAÇA, conforme regras dos arts. 97, § 10, I, do ADCT e 33, § 5º, da Res. nº 115/2010, do Conselho Nacional de Justiça, o SEQUESTRO, no Fundo de Participação desse Município (FFPM), da quantia de **R\$ 428.146,00** (quatrocentos e vinte e oito mil, cento e quarenta e seis reais), devendo esse valor sequestrado ser depositado nas seguintes contas: a) 50% (cinquenta por cento) de seu valor, na conta 1300111939526, da agência nº 1615-2, do Banco do Brasil S/A, vinculada à Central de Conciliação de Precatórios do TJMG; b) 50% (cinquenta por cento) de seu valor, na conta 2900107403358, da agência nº 1615-2, do Banco do Brasil S/A, vinculada à Central de Conciliação de Precatórios do TJMG. Comunique-se, ainda, ao Conselho Nacional de Justiça para os fins previstos no art. 34, de sua Res. nº 115/2010, inclusive, para que haja a inclusão do nome do município no Cadastro das Entidades Devedoras Inadimplentes - CEDIN. Fica o juiz da Central de Conciliação de Precatórios autorizado a tomar as medidas determinadas nesta decisão.

Referência: Autos de Sequestro nº001/2012  
Município de Alpercata  
Devedor: Município de Alpercata  
Procurador: Alexandre Salmen Espindola OAB/MG 86.922

Extrato de decisão/despacho: O Município de Alpercata requer que o valor que resta da dívida referente às parcelas de 1/15, 1/14 e 1/13 do Regime Especial de seus precatórios seja somado ao valor da parcela vincenda em 2013 e que o somatório dessas quantias seja dividido em sete parcelas para serem pagas entre junho a dezembro de 2013. A dívida vencida do município é de R\$ 210.947,88, e a dívida por vencer em 31/12/2013 é de R\$ 240.131,69. É a questão. Considerando que a forma de pagamento oferecida pelo Município de Alpercata, relacionada a sua dívida em precatórios vencida e que vencerá em 2013, não inviabilizará a programação dos pagamentos dos precatórios a serem feitos na CEPREC no ano de 2013, o pedido de parcelamento é razoável. Sendo assim, aguardem-se os depósitos a serem feitos pelo município requerente em suas respectivas datas.

Referência: Autos de Sequestro nº001/2012  
Município de São Sebastião do Paraíso  
Devedor: Município de São Sebastião do Paraíso  
Procurador: Sérgio Reliquias Morigi, OAB/MG 74641

Extrato de decisão/despacho: Considerando que houve solução em relação à dívida objeto do sequestro, JULGO EXTINTO este procedimento em virtude do cumprimento da obrigação. Dê-se ciência, efetuando as anotações necessárias. Arquivem-se, em seguida, os autos.

Referência: Autos de Sequestro nº001/2012  
Município de Barbacena  
Devedor: Município de Barbacena  
Procurador: Ana Lúcia Albuquerque Kalil OAB/MG 128.444; Tiago Siqueira Mota OAB/MG 84.914; Antônio Valente Ferreira Neto OAB/MG 125.369; Julio César da Costa OAB/MG 103.272; Marcelo Alvarenga Miranda Junior OAB/MG 127.698; Thiago Henrique Esteves OAB/MG 127.473; Natália Baldessar Menezes OAB/MG 117.019; Simone Augusta Miranda Vieira OAB/MG 11.443; Marcelo Cristian da Silva Araújo OAB/MG 86.147; Leonardo Azevedo de Oliveira OAB/MG 101.887;

Aline Gonçalves Oliveira OAB/MG 100.242 Extrato de decisão/despacho: O Município de Barbacena, em 24 de maio de 2013, protocolou uma petição na qual faz o requerimento de que a quantia vencida da dívida de seus precatórios RE (R\$ 589.076,83), fosse paga em 3 parcelas iguais de R\$ 196.358,94, uma à vista e as outras com vencimentos respectivos em 30 e 60 dias. Também requereu a aprovação do pagamento da parcela de sua dívida do ano de 2013 em 6 prestações mensais com vencimentos a partir de 25 de julho de 2013. Juntou o comprovante do depósito da parcela de R\$ 196.358,94, pedindo a suspensão das medidas decretadas contra o município em face de sua então inadimplência. É a questão. Considerando que a forma de pagamento oferecida pelo Município de Barbacena, relacionada a sua dívida em precatórios vencida e que vencerá em 2013, não inviabilizará a programação dos pagamentos dos precatórios a serem feitos na CEPREC no ano de 2013, o pedido de parcelamento é razoável. Sendo assim, aguardem-se os depósitos a serem feitos pelo município requerente em suas respectivas datas. Comunique-se ao CNJ para suspender as medidas decretadas contra o município de Barbacena.

Referência: Autos de Sequestro nº001/2012  
Município de Ipatinga  
Devedor: Município de Ipatinga  
Procurador: Adriana Moreira Almeida Sathler OAB/MG 70.975

Extrato de decisão/despacho: Considerando que houve solução em relação à dívida objeto do sequestro, JULGO EXTINTO este procedimento em virtude do cumprimento da obrigação. Dê-se ciência, efetuando as anotações necessárias. Arquivem-se, em seguida, os autos.

Referência: Autos de Sequestro nº001/2012  
Município de São Sebastião do Maranhão  
Devedor: Município de São Sebastião do Maranhão  
Procurador: Eduardo Cardoso Prates OAB/MG 103.998

Extrato de decisão/despacho: O Município de São Sebastião do Maranhão, que está inserido na modalidade duodecimal do Regime Especial de Pagamento dos precatórios, requer a mudança para a modalidade de parcelamento da dívida em 15 anos, bem como busca afastar o sequestro alegando que pagou sua dívida de precatórios nos anos de 2010 e 2011, com o depósito do valor de R\$ 78.000,00. Pois bem: Quanto ao requerimento de mudança na modalidade de regime, essa questão já está superada, até porque o município fez opção tempestiva, através de Decreto Municipal válido, ao Regime Especial de Pagamentos na forma duodecimal, não havendo como mudar isso. Desse modo, não é possível fazer um novo parcelamento. Quanto à alegação de pagamento, temos que a dívida do município nos anos de 2010, 2011 e 2012 atinge o valor de R\$ 361.806,41, e os depósitos do município (no valor de R\$ 89.000,00) foram devidamente contabilizados e já foram descontados do montante da dívida cobrada (fls. 03). O valor cobrado no aviso de sequestro foi R\$ 272.806,40. Após ser oficiado, o município depositou o valor de R\$ 45.467,73, restando uma diferença a ser depositada de R\$ 227.338,67. Dê-se ciência ao município para que efetive imediatamente o depósito de R\$ 227.338,67 (duzentos e vinte e sete mil, trezentos e trinta e oito reais e sessenta e seis centavos), sob pena de sequestro.

Referência: Autos de Sequestro nº001/2012  
Município de Centralina  
Devedor: Município de Centralina  
Procurador: Flávio Ribeiro dos Santos OAB/MG 100.767

Extrato de decisão/despacho: Considerando que houve solução em relação à dívida objeto do sequestro, JULGO EXTINTO este procedimento em virtude do cumprimento da obrigação. Dê-se ciência,

efetuando as anotações necessárias. Arquivem-se, em seguida, os autos.

Referência: Auto de Sequestro nº 001/2012  
Devedor: Município de Conselheiro Lafaiete  
Advogado(s): Luiz Antônio Teixeira Andrade, OAB/MG 90.072; José Luiz Gonçalves da Cruz, OAB/MG 102.208

Extrato de decisão/despacho: Considerando que existem petições ligadas a diversos precatórios, enviem para eles as cópias dessas petições para exame em seus respectivos autos. Assim que houver os exames dessas petições e juntado nesses autos de sequestro o desfecho, apure-se em liquidação o resultado final para outras deliberações.

Referência: Autos de Cobrança de Lagoa Santa  
Devedor: Município de Lagoa Santa  
Advogado(s): Juliana Goncalves Pontes, OAB/MG 107245

Extrato de decisão/despacho: O Município Lagoa Santa está no regime especial do pagamento de seus precatórios pelo prazo de 15 anos. Lagoa Santa também fez o ato da opção de que trata o § 8º do art. 97 do ADCT, e possui neste Tribunal de Justiça precatórios vencidos conforme certificação do setor de precatórios do TJMG. Ele não possui precatórios devidos em outros tribunais, estando em dia com o repasse dos valores das parcelas de 1/15 avos (R\$ 256.410,97), 1/14 avos (R\$ 532.445,05) e 1/13 avos (R\$ 573.402,36) vencidas em 31/12/2010, 31/12/2011 e 31/12/2012, respectivamente. Pois bem, considerando que o município em questão encontra-se no Regime Especial e fez a opção de que trata o § 8º do art. 97 do ADCT, os recursos existentes nas suas contas, relativos aos precatórios inscritos no TJMG, devem ser utilizados nos pagamentos cronológicos e em acordos, nos termos de sua opção. Assim, efetive-se os pagamentos dos precatórios devidos pelo município nesses termos. Observe que dentro da ordem cronológica devem ser respeitados os pagamentos preferenciais. Nos pagamentos em acordos, deve ser observada a legislação específica de cada ente devedor. Dê-se ciência ao setor apropriado (CEPREC) para sejam adotadas as providências necessárias a esses pagamentos.

## SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

### DIRETORIA EXECUTIVA DA GESTÃO DE BENS, SERVIÇOS E PATRIMÔNIO

Diretora Executiva: Selma Michaelsen Dias

Gerência de Contratos e Convênios  
Gerente: Daniela Ataíde Giovannini  
11.06.2013

Termos Aditivos – Contratos (Extratos)

Oracle do Brasil Sistemas Ltda. – 1ª TA de 11.06.2013 ao Ct. 190/2012 de 29.06.2012 – Processo: 951/2013 Objeto: Prorrogação do prazo de vigência – Vigência: 29.06.2013, a 29.06.2014 – Valor do termo: R\$ 155.263,69 - Dotação Orçamentária nº. 1031.02.061.723.4.224.3.3.90.39.27 – Serviços de Tecnologia da informação.

Gerência de Compra de Bens e Serviços  
Gerente: Henrique Esteves Campolina Silva  
11.06.2013

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2013**



**Processo:** 0275/2013  
**Licitação:** 036/2013  
**Modalidade:** Pregão Eletrônico  
**Objeto:** Registro de Preços para futura e eventual aquisição de material de escritório.  
**Vigência:** de 11.06.2013 a 11.06.2014

**Lote 06: PAPELARIA IRMÃOS BORGES LTDA**

Os interessados poderão consultar o inteiro teor do extrato da Ata de Registro de Preços no sítio [www.tjmg.jus.br](http://www.tjmg.jus.br) link licitações.

#### **EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 22/2013**

**Processo:** 554/2013  
**Licitação:** 054/2013  
**Modalidade:** Pregão Eletrônico  
**Objeto:** Registro de Preços para futura e eventual aquisição de produtos alimentícios.  
**Vigência:** de 11.06.2013 a 11.06.2014

**Lote 1: MULTICOM COMÉRCIO MÚLTIPLO DE ALIMENTOS LTDA**

Os interessados poderão consultar o inteiro teor do extrato da Ata de Registro de Preços no sítio [www.tjmg.jus.br](http://www.tjmg.jus.br) link licitações

#### **EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/2013**

**Processo:** 0354/2013  
**Licitação:** 041/2013  
**Modalidade:** Pregão Eletrônico  
**Objeto:** Registro de Preços para futura e eventual aquisição de material de escritório.

**Vigência:** de 11.06.2013 a 11.06.2014

**Lote 02: PAPELARIA IRMÃOS BORGES LTDA – ME**

**Lote 03: CIPEMA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA – ME**

Os interessados poderão consultar o inteiro teor do extrato da Ata de Registro de Preços no sítio [www.tjmg.jus.br](http://www.tjmg.jus.br) link licitações.

#### **EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2013**

**Processo:** 0232/2013  
**Licitação:** 030/2013  
**Modalidade:** Pregão Eletrônico  
**Objeto:** Registro de Preços para futura e eventual aquisição de papel A4, envelopes e formulários contínuos.

**Vigência:** de 11.06.2013 a 11.06.2014

**Lote 01: PLANET GRAF COMÉRCIO E IMPRESSÃO DE PAPEL LTDA – ME**

**Lote 02: ON LINE PAPELARIA E INFORMÁTICA LTDA - EPP**

**Lote 03: MAJORIS INDÚSTRIA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA – ME**

**Lote 04:**

**ON LINE PAPELARIA E INFORMÁTICA LTDA - EPP**

**Lote 05: CONTIPLAN INDÚSTRIA GRÁFICA LTDA – ME**

Os interessados poderão consultar o inteiro teor do extrato da Ata de Registro de Preços no sítio [www.tjmg.jus.br](http://www.tjmg.jus.br) link licitações.

A Gerência de Compra de Bens e Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais torna público aos interessados que permanecem inalterados os seguintes preços registrados:

**Ata de Registro de Preço nº 006/2011**  
**Vigência:** até 16/06/2013  
**Objeto:** Móveis de Aço

**Lote 1: AF Indústria de Móveis de Aço e Transportes Ltda.**  
 Estante de Aço 07 Prateleiras.  
 Valor Unitário: R\$196,00 – Marca: Af. Mod. Especial  
 Quantidade Registrada: 625 un.

**Lote 2: Indústria e Comércio de Móveis Nação Ltda.**  
 Arquivo de Aço – 04 Gavetas.  
 Valor Unitário: R\$323,25 – Marca: Scheffer  
 Quantidade Registrada: 250 un.

**Lote 3: Indústria e Comércio de Móveis Nação Ltda.**  
 Escaninho Modular em Aço – 9 Repartições.  
 Valor Unitário: R\$187,27 – Marca: Scheffer  
 Quantidade Registrada: 5.000 un.

**Lote 6: Marcelli Móveis para Escritório e Informática Ltda.**  
 Longarina de polipropileno tipo concha 03 lugares  
 Valor Unitário: R\$144,00 – Marca: Lorenzso  
 Quantidade Registrada: 2.000 un.

**Ata de Registro de Preço nº 31/2012**  
**Vigência:** 03/12/2013  
**Objeto:** Móveis de aço –

**Lote único: Fornecedor: Af indústria de móveis de aço e transportes ltda**  
 Item 1.1 armário modular em aço – 02 portas  
 Valor Unitário: R\$ 208,00 –  
 Quantidade registrada: 2000 um

Item 1.2 Guarda-roupa de aço – 04 portas  
 Valor Unitário: R\$ 332,50  
 Quantidade registrada: 200 um

Item 1.3 estante modular em aço – 5 prateleiras – p/ caixa a  
 Valor Unitário: R\$ 173,80  
 Quantidade registrada: 4000 um

Item 1.4 estante modular em aço – 4 prateleiras – p/ caixa a  
 Valor Unitário: R\$ 145,10  
 Quantidade registrada: 3000 um

### **DIRETORIA EXECUTIVA DE FINANÇAS E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Diretor Executivo: Hilton Secundino Alves

GERÊNCIA DE CONTABILIDADE  
 Gerente: Paulo Roberto da Silva Coutinho

Diárias de Viagem:

Nome: Adriano de Pádua Nakashima, Cargo: Juiz de Segunda Entrância, Destino: Juiz de Fora - MG, Atividade Desenvolvida: Convocação para participar do 3º Curso Regional de Atualização em Juízo para Infante Juvenil para Magistrados., Data saída: 12/06/2013, Data retorno: 14/06/2013, Qt. Diárias: "2,5".

Nome: Bernardo Barreto Cyrillo, Cargo: Técnico Judiciário C, Destino: São João del-Rei - MG, Atividade Desenvolvida: Atendimento de manutenção elétrica em São João Del Rei., Data saída: 13/06/2013, Data retorno: 14/06/2013, Qt. Diárias: "1,5".

Nome: Bruna Eduarda Medeiros de Sousa, Cargo: Oficial Judiciário D, Destino: Manhuaçu - MG, Atividade Desenvolvida: Em atendimento ao disposto na Portaria 2671/CGJ/2013., Data saída: 17/06/2013, Data retorno: 21/06/2013, Qt. Diárias: "4,5".

Nome: Denise Dias de Freitas, Cargo: Oficial Judiciário C, Destino: Itaúna - MG, Atividade Desenvolvida: Organização, coordenação e apoio na abertura do 8º Curso de Gestores e Administradores das APAC's, Data saída: 16/06/2013, Data retorno: 17/06/2013, Qt. Diárias: "1,5".

Nome: Emerson Cunha Peixoto Antunes Coelho, Cargo: Oficial de Apoio Judicial D, Destino: Belo Horizonte - MG, Atividade Desenvolvida: Reunião de trabalho no PAI/PJ de Belo Horizonte - Núcleo Supervisor, Data saída: 09/06/2013, Data retorno: 12/06/2013, Qt. Diárias: "3,5".

Nome: Fernando Rosa de Sousa, Cargo: Técnico Judiciário C, Destino: Divinópolis - MG, Atividade Desenvolvida: Oitiva de testemunha em atendimento ao disposto na Portaria 2516/CGJ/2013., Data saída: 24/05/2013, Data retorno: 24/05/2013, Qt. Diárias: "0,5".

Nome: Gilson Soares Lemes, Cargo: Juiz de entrância especial, Destino: Iturama - MG, Atividade Desenvolvida: Em atendimento ao disposto na Portaria 2662/CGJ/2013., Data saída: 18/06/2013, Data retorno: 21/06/2013, Qt. Diárias: "3,5".

Nome: João Hamilton Faustino, Cargo: Assistente Especializado, Destino: Carmo do Rio Claro - MG, Atividade Desenvolvida: Conduzir Veículo Oficial., Data saída: 11/06/2013, Data retorno: 13/06/2013, Qt. Diárias: "2,5".

Nome: Jose Fernandes Filho, Cargo: Desembargador, Destino: Carangola - MG, Atividade Desenvolvida: Visita de rotina aos Juizados Especiais das comarcas de Ouro Preto, Ponte Nova, Viçosa, Visconde do Rio Branco, Ubá, Cataguases, Leopoldina, Muriaé e Carangola, para verificação das reais condições de funcionamento das respectivas Unidades Jurisdicionais, Data saída: 10/06/2013, Data retorno: 12/06/2013, Qt. Diárias: "2,5".

Nome: Joyce Kelly Martins, Cargo: Oficial de Apoio Judicial C, Destino: Manhuaçu - MG, Atividade Desenvolvida: Em atendimento ao disposto na Portaria 2685/CGJ/2013., Data saída: 17/06/2013, Data retorno: 21/06/2013, Qt. Diárias: "4,5".

Nome: Leonardo Fernando Salles, Cargo: Técnico Judiciário A - I, Destino: Juiz de Fora - MG, Atividade Desenvolvida: Acompanhar montagem do mobiliário na VEC da Comarca, Data saída: 12/06/2013, Data retorno: 14/06/2013, Qt. Diárias: "2,5".

Nome: Luciano Siqueira de Carvalho, Cargo: Técnico Judiciário C, Destino: São João del-Rei - MG, Atividade Desenvolvida: Vistoria das instalações elétricas do novo Fórum de São João Del Rei., Data saída: 13/06/2013, Data retorno: 14/06/2013, Qt. Diárias: "1,5".

Nome: Marcelo Biagioni Nascimento Lana, Cargo: Técnico Judiciário C, Destino: Iturama - MG, Atividade Desenvolvida: Em atendimento ao disposto na Portaria 2662/CGJ/2013., Data saída: